

# REENCONTRANDO A ANTIGA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO: MAPAS CONJECTURAIIS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVI<sup>1</sup>

**MAURICIO DE ALMEIDA ABREU**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Pesquisador do CNPq  
abreu@acd.ufrj.br

## RESUMO

Este artigo discute o processo de instalação da cidade real de São Sebastião do Rio de Janeiro em seu sítio definitivo, no século XVI. A partir da análise minuciosa da documentação ainda existente, o trabalho não apenas reconstitui a morfologia original da urbe como identifica as regras e os atores que orientaram sua implantação. São também apresentados quatro mapas conjecturais da cidade quinhentista, que objetivam suprir a enorme carência de documentação cartográfica sobre os primeiros tempos cariocas e constituem representações verdadeiramente inéditas do Rio de Janeiro primitivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio de Janeiro (cidade). Século XVI. Geografia Histórica. Mapas Conjecturais. Morfologias urbanas.

## IN SEARCH OF THE CITY OF SAINT SEBASTIAN. CONJECTURAL MAPS OF RIO DE JANEIRO IN THE SIXTEENTH CENTURY

## ABSTRACT

This article discusses the foundation and early growth of the royal city of São Sebastião do Rio de Janeiro. Based on a detailed analysis of the historical sources still available, the original urban morphology is reconstituted and the rules and actors that presided its implementation are discussed. The work offers four conjectural maps of Rio de Janeiro in the sixteenth century, which constitute original cartographical contributions to the historical geography of the city.

**KEY-WORDS:** Rio de Janeiro (city). Sixteenth century. Historical geography. Conjectural maps. Urban morphologies.

---

<sup>1</sup> Este trabalho contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O autor agradece a valiosa colaboração cartográfica de Bruno Affonso Rego Rossato.

Muito se tem escrito, ultimamente, sobre as cidades que os portugueses construíram no ultramar durante a época dos descobrimentos. Dando continuidade às contribuições pioneiras realizadas por Azevedo (1954), Reis (1968) e Santos (1968), diversos autores de língua portuguesa se dedicaram, nos últimos quinze anos, ao estudo das morfologias urbanas implantadas pelos lusos em diversas partes de seu império (ROSSA, 2002; TEIXEIRA E VALLA, 1999; CARITA E ARAÚJO, 1998; ARAÚJO, CARITA E ROSSA, 2001; TEIXEIRA, 2001; TEIXEIRA, 2004). Um objetivo importante desses estudos tem sido o de contestar a hipótese, lançada há quase setenta anos por Sérgio Buarque de Holanda (1984), de que os núcleos urbanos que os lusos fundaram na América seriam fruto da espontaneidade - o que redundaria em traçados orgânicos, sem ordenação aparente -, razão pela qual destoavam dos traçados geométricos e ortogonais - portanto, planejados - das cidades de origem espanhola, sobretudo daquelas fundadas após a promulgação por Felipe II, em 1573, da "Lei das Índias".

Não é o lugar aqui de comentar em detalhe a rica produção que resultou desse esforço de pesquisa. É mister, entretanto, sumarizar as conclusões a que chegaram vários autores que estudaram o assunto. São elas:

(a) Embora não sejam consequência da aplicação rígida de um *corpus* que hoje denominaríamos de urbanístico, os núcleos urbanos que os portugueses estabeleceram na América não foram produto do acaso, mas se materializaram em conformidade com normas de ordenação espacial que vinham sendo implementadas em Portugal desde o século XIII e que foram crescentemente sistematizadas a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521), quando a influência das idéias renascentistas se fez sentir com maior intensidade em Portugal, fruto, sobretudo, do intenso intercâmbio que se estabeleceu entre engenheiros e arquitetos militares italianos e portugueses;

(b) Estas novas práticas de controle do espaço urbano nos autorizam a aceitar a existência, desde os finais da Idade Média, de um "urbanismo português" ou de um "urbanismo regulado português", que se transformaria, a partir de meados do século XVII, e sobretudo no século XVIII, em "escola portuguesa de urbanismo". O Brasil seria o palco preferencial de aplicação dessas idéias urbanísticas;

(c) A crescente interferência do Estado sobre a forma urbana se revelou, dentre outros aspectos, pela exigência de maior regularidade dos traçados urbanos, pela obrigatoriedade de alinhamento das ruas,

pela demarcação de praças, pelo controle crescente dos usos do espaço público, pela preocupação com o aformoseamento e com a estética da paisagem;

(d) Essa ação do Estado não se deu, entretanto, de forma autoritária e homogeneizadora, mas respeitou os variados desígnios da expansão marítima lusitana e a diversidade de sítios escolhidos para a fundação de núcleos urbanos, disso resultando uma multiplicidade de morfologias;

(e) No Brasil, os núcleos urbanos fundados por donatários tiveram sempre o título de vila; já aqueles fundados pela Coroa nas capitânias reais obtiveram o título de cidade. Sujeitas diretamente ao rei, as cidades reais foram muito mais controladas pelo estado português do que as vilas, inclusive no que diz respeito à sua morfologia. Disso resultou que seus planos urbanos foram sempre mais regulares, ainda que nenhum deles tenha se caracterizado pela perfeita ortogonalidade.

Não obstante a rica produção recente, há necessidade de maior investimento em pesquisa histórica, pois ainda sabemos muito pouco sobre as morfologias originais dos núcleos urbanos fundados no século XVI. Esse é o caso, por exemplo, da cidade real do Rio de Janeiro. Embora sejam volumosos os estudos sobre o Rio colonial, a verdade é que muito pouco se conhece dos primeiros tempos da urbe. De um lado, isso é consequência do incêndio que atingiu o arquivo municipal, em julho de 1790, que destruiu boa parte da memória colonial carioca. De outro, é também fruto do pouco esforço empreendido na análise dos séculos XVI e XVII, o que vem permitindo que certas “explicações consagradas”, feitas por historiadores e cronistas do passado, sejam mantidas como verdadeiras até hoje, ainda que sustentadas, em muitos casos, por pesquisas metodologicamente deficientes (ABREU, 2002).

O presente estudo pretende resgatar do esquecimento esse Rio de Janeiro primitivo. Sustentado por fontes primárias que estão dispersas por várias instituições de memória e orientado por procedimentos metodológicos amplamente discutidos, o trabalho apresenta uma longa discussão sobre a forma que a cidade assumiu no século XVI e destaca seus principais elementos constitutivos. Oferece também alguns mapas conjecturais da cidade quinhentista, construídos a partir das bases documentais utilizadas, que visam contribuir para o preenchimento da imensa lacuna que temos de representações cartográficas urbanas dos primeiros tempos da colonização.

## AS ORIGENS DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro foi fundado em 1º de março de 1565, data em que Estácio de Sá desembarcou junto ao sopé do Pão de Açúcar e ali estabeleceu um arraial militar, que desde o início teve o título de cidade e serviu de cabeça de ponte para a conquista definitiva da terra. Esta só ocorreu em 20 de janeiro de 1567, quando as forças portuguesas, auxiliadas por reforços trazidos pelo Governador Geral Mem de Sá e por indígenas temiminós aliados, desfecharam um grande ataque aos inimigos tamoios e a seus aliados franceses, estes últimos remanescentes da França Antártica, experiência colonial malograda que Nicolas Durand de Villegagnon tentara implantar na Guanabara dez anos antes (ABREU, 1999; 2005).

Realizada a conquista final, a cidade foi então transferida para seu sítio definitivo, processo que foi transcrito em detalhe pelo governador Mem de Sá no "Instrumento dos Serviços", documento que preparou para solicitar autorização para retornar ao reino. Nele, o governador descreveu todas as atividades que desempenhara na colônia, dentre as quais avultava a conquista da baía de Guanabara e o estabelecimento definitivo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sobre a transferência da urbe, afirmou o governador:

"... e por o sítio onde Estácio de Sá edificou não ser mais que para se defender em tempo de guerra, com o parecer dos capitães e de outras pessoas que no dito rio de Janeiro estavam, escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião, o qual sítio era de um grande mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio, e edificar uma cidade grande, cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesus, onde agora residem, telhada e bem consertada, e a Sé de três naves, também telhada e bem consertada, fiz a casa da Câmara assobradada, telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda de Sua Alteza, assobradadas e telhadas e com varandas, dei ordem e favor e ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e assobradadas..." (ISMS, 1906, p. 136, grafia e pontuação atualizadas).

É possível imaginar quais teriam sido as razões então levadas em conta. As vantagens defensivas das localizações alcandoradas eram inegáveis e isso justificou a preferência generalizada, desde as épocas mais

remotas da história portuguesa, pelos sítios em acrópole. Resultou daí uma paisagem tipicamente lusitana em que as cidades, notadamente aquelas próximas à fronteira, encarapitam-se no alto dos morros, destacando-se do território circundante como sentinelas altaneiras e fortificadas. A fundação de núcleos urbanos no Brasil seguiu a mesma lógica. Com exceção de São Vicente e de Santos, fundadas em meio a um gentio pouco hostil, os primeiros núcleos urbanos brasileiros foram assentados no alto de colinas, para facilitar a defesa, e o mesmo aconteceu às margens da baía de Guanabara. Como era, entretanto, esse Rio de Janeiro primitivo?

### **A BUSCA DA CIDADE QUINHENTISTA: AS FONTES DE INFORMAÇÃO**

Decorridos quase 450 anos de sua fundação, reconstituir o que foi o Rio de Janeiro do século XVI é tarefa difícil. Em primeiro lugar, porque não contamos mais com seu sítio original, desaparecido com o arrasamento do morro do Castelo no início do século XX, o que impossibilita qualquer aproximação física com o objeto de estudo. Em segundo, porque não possuímos documentação cartográfica urbana desses primeiros tempos, o que nos obriga a visualizar a cidade primitiva a partir de fragmentos de documentos antigos, exigência que transforma a análise em verdadeiro exercício de dedução. Em terceiro, porque, no esforço de esboçar uma reconstituição, mínima que seja, desse Rio quinhentista, temos que contar com fontes produzidas em momentos posteriores, algumas até mesmo do século XX, que precisam ser utilizadas com cuidado, pois incorporam elementos estruturais e paisagísticos posteriores ao período que se quer estudar.

Apesar dessas dificuldades, acreditamos que é possível realizar uma aproximação a esse Rio primitivo, ainda que saibamos que nunca seremos capazes de avistá-lo com nitidez. É o que faremos aqui. Com o apoio das fontes disponíveis, tentaremos reconstituir as formas que a cidade assumiu no século XVI, encapsulando-as, a seguir, em alguns mapas conjecturais. É importante enfatizar, desde já, que esses mapas são exatamente o que seu qualificativo indica: conjecturais. Devido à exigüidade das fontes e à dificuldade mesmo de interpretá-las, nada nos pode garantir que a cidade tenha sido *exatamente* como ela será aqui apresentada. Conjecturas, entretanto, só podem ser consideradas sérias se conseguirmos acompanhar seu processo de produção, isto é, se formos capazes de explicitar claramente os passos que levaram às conclusões a que chegamos. Por essa razão, a construção de mapas conjecturais precisa ser precedida de uma discussão individualizada das fontes que permitiram sua elaboração. É

importante esclarecer, outrossim, que todos os esforços foram realizados para interpretar a evidência disponível segundo suas múltiplas possibilidades. Por essa razão, podemos igualmente afirmar que, se a cidade não foi *exatamente* como os mapas a irão apresentar, também não terá sido *muito diferente* dessa caracterização.

Começemos pelo instituto jurídico que orientou a apropriação da terra. Ao falarmos do Brasil colônia, vem-nos logo à mente o sistema sesmarial, através do qual os representantes régios doaram a particulares extensas porções de terra, para que fizessem lavouras e criassem gado, com a única obrigação de pagarem um décimo de tudo o que a terra produzisse (o dízimo) à Ordem de Cristo, representada, na prática, pela Coroa. O que raramente lembramos é que governadores, capitães-mores, donatários e/ou seus loco-tenentes também distribuíram outro tipo de sesmaria no Brasil colonial. Trata-se das *sesmarias de chãos*, ou seja, da doação de pequenas extensões de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que construíssem suas casas de moradia. Ao contrário das sesmarias de terras, os chãos, mesmo tendo pequena produção de quintal para uso doméstico, estavam isentos do tributo.

Muito pouco se sabe dessas doações urbanas primordiais. No Rio de Janeiro, em especial, quase não há mais informações sobre elas, pois os livros que as registravam estão, hoje, quase todos perdidos. Houve um tempo, entretanto, em que ainda podiam ser encontrados nos arquivos e foram consultados por pesquisadores antigos, notadamente por Monsenhor Pizarro. Preocupado, entretanto, em produzir apenas uma relação das doações de terras - que hoje, pelo desaparecimento dos originais, é fonte fundamental para o estudo do processo de povoamento e apropriação do território fluminense (PIZARRO E ARAÚJO, 1901) - esse estudioso desprezou, naquela ocasião, os registros de sesmarias de chãos, resultando dessa decisão um prejuízo enorme ao entendimento dos primórdios da urbanização carioca. Apesar disso, ainda é possível recuperar, minimamente que seja, o que foi o processo de materialização inicial da cidade. Com o que contamos hoje? Em primeiro lugar, com alguns fragmentos de livros de registros de cartas de sesmarias, já publicados, referentes aos anos de 1573-1574 e 1578-1579 (BN, 1997) e de 1594-1595 e 1602-1605 (AN, 1967). Em segundo, com cartas de chãos que acabaram sendo propriedade das ordens religiosas, razão pela qual foram transcritas em seus livros de tombo, hoje também publicados (LTCJ, 1962; TCNSC, 1939; LTMSB, 1981). Contamos, finalmente, com documentação esparsa, que pôde ser localizada em arquivos brasileiros e estrangeiros, e com

informações preciosas encontradas em obras diversas.<sup>2</sup> É com base nessas fontes que tentaremos reconstruir, a seguir, o Rio de Janeiro do terço final do século XVI.

## OS CAMINHOS PRIMITIVOS

No "Instrumento dos Serviços", Mem de Sá informou que, para "assentar" a cidade de São Sebastião, escolhera uma colina que tinha "um grande mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio". Já vimos que tal decisão fundamentou-se em critérios puramente estratégicos, que maximizavam a capacidade de defesa da terra conquistada. A opção pelo alto de uma colina, entretanto, teve necessariamente que ser acompanhada da abertura de um ou mais caminhos que lhe dessem acesso, originando-se aí o modelo estrutural típico da maior parte dos núcleos urbanos de origem portuguesa: a cidade alta e a cidade baixa.

Três caminhos, surgidos no primeiro decênio da instalação definitiva da cidade, fizeram a conexão do alto da colina com a baixada. O primeiro a ser aberto foi, certamente, o que se dirigia à estreita faixa de terra que demorava ao sopé da encosta norte, então chamada de Piaçaba, na qual embicavam as canoas indígenas aliadas e os batéis das naus e caravelas. Temos notícia dele desde 16/8/1567, data em que Mem de Sá, atendendo ao pedido do Padre Manuel da Nóbrega, concedeu à Companhia de Jesus o terreno em que seria construído o colégio jesuítico. Esse caminho seria conhecido por longo tempo como "ladeira da Misericórdia", por ter sido posteriormente edificado, junto ao seu trecho inicial, o hospital da Santa Casa. Embora não exista documentação comprobatória, é praticamente certo que também date da época de instalação da cidade o caminho que ficou conhecido, a partir do século XVII, como do "Poço do Porteiro", e que mais tarde chamou-se ladeira do Seminário, por ter sido construído junto a ele, em meados do século XVIII, o Seminário de São José. Descendo a encosta na direção do interior, esse caminho era o menos íngreme de todos e, ao que tudo indica, juntava-se na baixada a uma antiga trilha indígena, que

<sup>2</sup> Dentre os acervos consultados, merecem destaque os do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Importantes informações foram extraídas de Silva-Nigra (1950), Röwer (1937), LPOPR (1928) e de Fazenda (1919, 1920, 1921, 1923 e 1924).

demandava o rio Carioca, fonte de abastecimento d'água. Completando a ligação com o alto do morro, abriu-se, em meados da década de 1570, um terceiro caminho. Por estabelecer ligação mais fácil com o colégio, esse caminho ficaria conhecido mais tarde como "ladeira do Colégio"; chamou-se também "ladeira do Carmo", pois a subida tinha início nas proximidades do local onde os carmelitas estabeleceriam seu convento, ao final do século XVI.<sup>3</sup> Aberto em boa parte sobre a rocha matriz, que aflorava nessa parte do outeiro, pode-se dizer que esse caminho foi, sem dúvida, a primeira grande obra pública realizada na cidade.

## A DOAÇÃO DE CHÃOS AOS JESUÍTAS

A carta mais antiga de doação de chãos de que temos notícia é a que foi concedida à Companhia de Jesus, em 16/8/1567. Através dela, e com a ajuda da documentação iconográfica posterior ao século XVI, é possível delimitar, com relativa precisão, o terreno sobre o qual seriam construídos a igreja (mais tarde de Santo Inácio), o Colégio de Jesus e a "cerca" dos jesuítas, isto é, sua horta e pomar (LTCJ, 1962, p. 33-37). O documento indica que os padres haviam solicitado um chão localizado junto ao primitivo caminho e que esse pedido foi integralmente deferido pelo governador, à exceção de dois pequenos detalhes. O primeiro diz respeito à pretensão dos jesuítas de que suas terras tivessem início junto a "um cotovelo", isto é, a uma curva acentuada que o caminho fazia, solicitação que não foi aceita pelo governador, pois assim exigia "a serventia da cidade", isto é, o bem público. O segundo se refere a um outro pedido, também negado por Mem de Sá, de que a cerca do colégio se estendesse encosta abaixo até ao mar. Como veremos mais adiante, essas decisões são indicativas de que o governador já possuía uma idéia bastante precisa da forma que a cidade primitiva deveria ter. Em outras palavras, já se sabia onde os moradores seriam autorizados a construir suas residências e quanto era necessário para a abertura de ruas e para a proteção da cidade.

Concluimos preliminarmente, e provaremos isso mais adiante, que a cidade foi surgindo a partir de decisões tomadas concomitantemente à sua materialização, mas que eram balizadas por um "ideário urbanístico"

---

<sup>3</sup> Sabemos da origem desse caminho pela carta de sesmaria de chãos concedida, em 7/1/1604, a Francisco de Sá, que informa que "defronte dos chãos de Fernão Baldez, ao pé do caminho que fez o Governador Antônio Salema que vai da Várzea de Nossa Senhora para o Colégio de Jesus, está um pedaço de chão devoluto...". Cf. AN (1967, p. 213-215).

pré-concebido, o que exclui a possibilidade de a forma urbana carioca ter sido produto das circunstâncias ou dos casuísmos individuais. Embora não contando com uma “traça” pré-estabelecida, orientadora da abertura de caminhos e delimitadora de lotes, como ocorreu com Salvador, deve-se reconhecer, desde já, que o Rio de Janeiro também não foi produto do acaso. Houve, efetivamente, um “traçado mental” que orientou a sua implantação, não formalizado em papel, mas balizado pelos costumes do reino e, ao que tudo indica, também pelo exemplo soteropolitano. Esse traçado iria se materializar, sobretudo, na “cidade baixa”, onde o terreno era plano, conforme discutiremos adiante.

### O TRASTO DA CIDADE

No “Instrumento dos Serviços”, Mem de Sá informou que, após derrubar o “grande mato espesso” que cobria o outeiro, edificara ali “uma cidade grande cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia”. De todas as dificuldades que esta pesquisa teve que enfrentar para tentar reconstruir a paisagem carioca do último quartel do século XVI, talvez a maior de todas tenha sido decifrar o significado de *trasto*, palavra arcaica que aparece não apenas no “Instrumento”, mas também em nove cartas de sesmaria de chãos e em seis documentos cartoriais dos séculos XVI e XVII.

Não há dúvida de que se trata de um termo militar, ligado a fortificações. De início, identificamo-lo como sendo uma área *non aedificandi*, de proteção do muro da cidade, situada imediatamente à sua frente. Todavia, como tinha vinte palmos (4,40 m) de altura, poderia também ter sido um fosso, interpretação aventada por Vieira Fazenda (1923, p. 39). Começamos então a trabalhar com a perspectiva de a cidade ter sido toda cercada de muro no alto do outeiro, à frente do qual fora construído um longo fosso. Ao tentarmos localizar as poucas sesmarias de chãos que faziam referência ao “trasto da cidade”, verificamos, entretanto, que nenhuma delas fazia referência a muros e que algumas eram, inclusive, atravessadas pelo trasto. Ora, como poderia ser este uma área de proteção do muro, ou mesmo um fosso que lhe antecedia, se muitas propriedades particulares se estendiam até ele, ou eram mesmo cortadas por ele?

Recorrendo a antigos dicionários da língua portuguesa, verificamos, com espanto, que não ofereciam qualquer explicação

vinculada à terminologia militar.<sup>4</sup> Viterbo (s/d, v. 2, p. 615), por sua vez, nada fala sobre trasto em seu elucidário, mas apresenta a forma *trauto*, que seria “um bom espaço de caminho”, sentido que se aproximaria de um significado militar, mas que jamais aparece nos documentos. Recorrendo, finalmente, à ajuda de gramáticos e de especialistas de terminologias militares antigas, verificamos, com surpresa ainda maior, que também desconheciam a palavra. Um deles, entretanto, interessou-se vivamente pelo assunto e, acionando sua rede de interlocutores, logrou decifrar o enigma. Trasto seria um neologismo quinhentista, junção do português medieval *trato*, ou *trauto*, com o italiano *guasto*, termo usado para designar a área livre, situada imediatamente à frente de uma muralha, obtida por derrubes ou terraplenagem, que se destinava a controlar os movimentos do inimigo. No caso do Rio, esse terrapleno não teria sido construído à frente do muro da cidade, que foi erguido no alto da colina, mas, isto sim, no sopé do outeiro. Como Mem de Sá informara que o trasto carioca tinha vinte palmos de largo (4,40 m) e outros tantos de altura, isto significaria que a altura não era para baixo, em fosso, mas para cima, isto é, a derrubada da vegetação teria deixado a nu os primeiros 4,40 m da colina e outros 4,40 m do terreno plano, situado junto ao outeiro.<sup>5</sup>

É essa, com certeza, a interpretação correta, pois ela se adequa perfeitamente às várias conotações com que a palavra trasto aparece nos documentos da época. A construção de um trasto foi, ao que tudo indica, uma característica singular do Rio de Janeiro, já que nenhum outro centro urbano fundado no Brasil quinhentista parece ter tido algo semelhante. Tratou-se, efetivamente, de uma grande obra de desmatamento do sopé da colina, que deu origem a uma faixa de terreno livre, que podia ser bem observada e controlada do alto. Singular e exótico foi também o processo pelo qual a palavra trasto ingressou na língua portuguesa, já que a transformação do radical gu (de *guasto*) em tr (de *trasto*), é foneticamente impossível: para tanto contribuíram a influência, então poderosa, da arquitetura militar italiana

---

<sup>4</sup> Tanto Bluteau como Morais apresentam a palavra como sinônimo de *traste*, significando coisas velhas de uma casa. Indicam, outrossim, dois outros sentidos para o termo: banco de remadores de galés e divisões do braço das violas. Cf. Bluteau (1720-1721); Morais e Silva (1789).

<sup>5</sup> Agradeço penhoradamente a ajuda do Professor Rafael Moreira, grande especialista da arquitetura militar portuguesa e docente da Universidade Nova de Lisboa, pelo interesse que teve em decifrar a charada.

em Portugal e a tendência a “falar difícil” dos profissionais lusos que haviam obtido essa formação na Itália.<sup>6</sup>

## A CIDADE ALTA

Esclarecida a natureza do trasto, cabe agora discutir a cidade que Mem de Sá instalou no alto da colina. As fontes disponíveis indicam que um plano urbano bastante simples foi adotado e que a distribuição de chãos não foi aleatória nem tumultuária. Comandadas pelo próprio Governador Geral e pelo mestre de obras Nuno Garcia, a abertura de ruas e a distribuição de lotes aos moradores regeram-se por práticas consuetudinárias e seguiram os procedimentos legais previstos nas Ordenações do Reino, tais como a lavragem de documentos cartoriais e a realização de autos de posse, ainda que tais formalizações tenham ocorrido, muitas vezes, depois de já terem sido realizadas benfeitorias nos chãos.

Os documentos também indicam que esse Rio em acrópole durou muito pouco tempo, desacreditando, portanto, as afirmações de alguns historiadores do passado, que sustentaram a tese de que a cidade teria permanecido no alto da colina até fins do século XVI.<sup>7</sup> Para isso contribuiu não apenas o sentimento de segurança da conquista, que deu o estímulo necessário para que os povoadores logo se espalhassem pela várzea e pelo recôncavo da baía de Guanabara, como também a própria exigüidade do sítio originalmente escolhido, que se revelou inadequado às funções que a cidade passou a exercer.

Ao contrário de Salvador, onde a cidade alta ocupou a borda de uma escarpa falhada, com superfície suficiente para a implantação de um conjunto de ruas, praças e lotes urbanos, limitando-se a estreita cidade baixa, localizada ao sopé da escarpa, aos usos associados à defesa e ao

<sup>6</sup> Recorro novamente ao Professor Rafael Moreira: “Tratou-se ... [do] gosto muito maneirista de ‘falar difícil’ típico dos engenheiros militares do tempo de D. Sebastião que tinham estudado na Itália. Lembra-me o caso ... de António Rodrigues, que viveu na Itália de 1560 a 64 e ao voltar, nomeado para o cargo máximo de ‘arquitecto-mor’, escreveu o único tratado português de Arquitectura Militar (1576-79) em que só diz *rame* em vez de “arame”, *oposito* em vez de “oposto”, *esperto* em vez de “perito”, *fango* em vez de “lama”, etc... Seria, pois, algum engenheiro militar formado na Itália, como tantos na época, que queria chamar a atenção usando *guasto* e a aportuguesou pela palavra mais próxima, *trasto* – mesmo se forçando muito o sentido original desta. Daí o jargão de um grupo profissional novo, o mais convencido de sua importância (aliás, real) nesse tempo. Não era, de modo algum, um termo corrente, mas um italianismo prestigiante” (carta pessoal, 10/2/2003).

<sup>7</sup> É o que disse, por exemplo, Felisbelo Freire (1912, p. 75).

porto, o sítio primitivo do Rio de Janeiro revelou uma situação topográfica exatamente oposta. A colina escolhida para a instalação da urbe era não apenas de pequena dimensão, como apresentava superfície de cimeira bastante irregular. O topo do outeiro era formado por quatro modestos platôs - um deles situado na cota de 40 metros, dois na cota de 50 e o mais alto na altura de 60 metros - que precisaram ser articulados uns aos outros por meio de ladeiras. A exigüidade desse espaço físico certamente atuou como um elemento importante para impelir a urbe em direção à várzea circundante, que podia ser embrejada mas era bastante ampla, movimento esse que, a partir de meados da década de 1570, se tornou tão veloz que rapidamente deslocou para a cidade baixa o centro de gravidade da urbe.

### O TRAÇADO URBANO DA COLINA

Se aceitarmos a norma da permanência do plano, que dispõe que, uma vez abertos, os logradouros públicos tendem a permanecer na paisagem, pois passam a delimitar juridicamente as propriedades privadas, não importando se os imóveis aí construídos se mantenham eretos ou não, podemos conjecturar que os logradouros que chegaram ao século XX seriam os mesmos que foram originalmente traçados, ou seja, três ruas e uma praça.<sup>8</sup> Os documentos, entretanto, só nos falam desta última e de duas ruas. A primeira delas, chamada de “rua Direita”, ligava o pequeno platô de 40 metros de altura, onde se localizou o colégio, ao platô de 60 metros, que abrigava o forte; era, na realidade, a continuação da ladeira que vinha da Piaçaba, mas só assumia a denominação de rua a partir do colégio. A segunda referência fala de uma “rua travessa que desce da praça”, também citada como “rua e travessa que vai para a praça”, que se articulava ortogonalmente com a rua Direita e que depois ficou conhecida como travessa do Castelo (LTCJ, 1962, pp. 118-119; 50-53). A terceira rua, por sua vez, estabelecia a ligação do forte com a praça e prolongava-se, a partir daí, até a Sé, mas dela não temos prova documental.

Há pouquíssimas informações sobre essas primeiras artérias do Rio, mas a iconografia posterior nos revela que teriam largura semelhante àquela dos logradouros que seriam abertos mais tarde na cidade baixa. As três ruas formavam um triângulo no alto do morro, disposição que

---

<sup>8</sup> Sobre a norma da permanência do plano, assim esclarece Carvalho (1989, p. 34): “Esta norma afirma que, independentemente de demolições que as casas possam sofrer, o plano das ruas mantém-se relativamente estável, oferecendo cada artéria, de um modo geral, o traçado da anterior”.

maximizava a utilização do sítio irregular, e que foi seguida em outras implantações urbanas quinhentistas, como São Paulo (REIS, 2004) e Vitória (SOUZA, 2005). Situada num dos platôs de 50 metros, a praça, de formato aproximadamente quadrangular, era o ponto fulcral do traçado. É provável que ali estivessem os edifícios principais da urbe, tais como “a casa da câmara assobradada, telhada e grande” e as casas dos armazéns de El-Rei, “assobradadas e telhadas e com varandas”, conforme informou o governador. Era também ali que estava sendo erguido, em 1574, o primitivo hospital da Santa Casa da Misericórdia, obra que, cinco anos mais tarde, seria abandonada em favor de outra, já localizada na cidade baixa, ao pé da ladeira que demandava a Piaçaba, fato indicativo de que a cidade se transferia rapidamente para a várzea e prova cabal de que a Santa Casa carioca é bem mais antiga do que geralmente se supõe.<sup>9</sup>

Era também na praça, ou entre esta e o forte, que importantes moradores da urbe haviam construído suas moradas, tais como Manoel de Brito, cavaleiro fidalgo, Francisco de Barbuda, senhor de engenho na Bahia, e Francisco Velho, mordomo da confraria de São Sebastião do arraial primitivo, já chamado então de Cidade Velha. Outros se estabeleceram pelos lados da rua Direita, junto ao forte, como André de Leão, futuro sertanista, e Aires Fernandes Vitória, juiz ordinário. Não há muitas informações sobre o tamanho dessas primeiras sesmarias de chãos, mas o pouco que se sabe delas indica que a área concedida foi diretamente proporcional à importância de quem as recebia. O lote padrão parece ter tido 10 braças (22 metros) de testada. As moradas eram, em sua maioria, de pau-a-pique e cobertas de sapê, verdadeiros “tijupares” como se dizia à época, ainda que alguns moradores, como Aires Fernandes Vitória, possuísem casas um pouco diferentes, “cobertas de taipas de mão francesas” (TCNSC, 1939, p. 221-226).

---

<sup>9</sup> A origem da Santa Casa carioca é usualmente atribuída à chegada da frota de Diego Flores de Valdez, que aportou no Rio de Janeiro em 1582, com inúmeros doentes a bordo, para o tratamento dos quais o Padre José de Anchieta teria rapidamente improvisado um hospital junto ao sopé da colina. Essa explicação não é correta. Um antigo documento jesuítico informa que o hospital primitivo foi originalmente construído na cidade alta, pois foi lá, “na praça dela [cidade], onde se ora faz a casa do hospital e misericórdia”, que o ouvidor Luiz Álvares recebeu, em 15/9/1574, uma determinada petição. Sabemos, por outro lado, que a transferência do hospital para a várzea também ocorreu em período anterior à chegada de Flores de Valdez, pois em outubro de 1579, quando os jesuítas deram início ao processo de demarcação de suas terras do rio Macacu, o anúncio público que apregoava a dita medição foi realizado “na praia defronte da Casa da Santa Misericórdia”. Cf. ANTT, CJ, f. 82; LTCJ (1962, p. 196).

Deixando ainda entrever a influência das traças medievais, a cidade voltava-se para o interior do morro, o que ocorria, inclusive, com as moradas localizadas junto às encostas, pois seus quintais projetavam-se colina abaixo, em direção ao trasto. É mister alertar, neste sentido, como a iconografia que possuímos do outeiro, toda ela bem posterior aos primeiros tempos da urbe, se revela enganosa para o estudo da cidade quinhentista, pois apresenta situações paisagísticas que só se materializaram mais tarde. É o caso, por exemplo, da visão desimpedida que toda a frontaria do colégio jesuítico apresenta para a baía, observada em diversas ilustrações antigas (Ver Figura 1). Ao contrário do que as imagens nos levam a crer, essa perspectiva não foi originalmente concedida aos padres, mas, isto sim, conquistada por eles por compras sucessivas das propriedades que estavam à frente do colégio.<sup>10</sup>

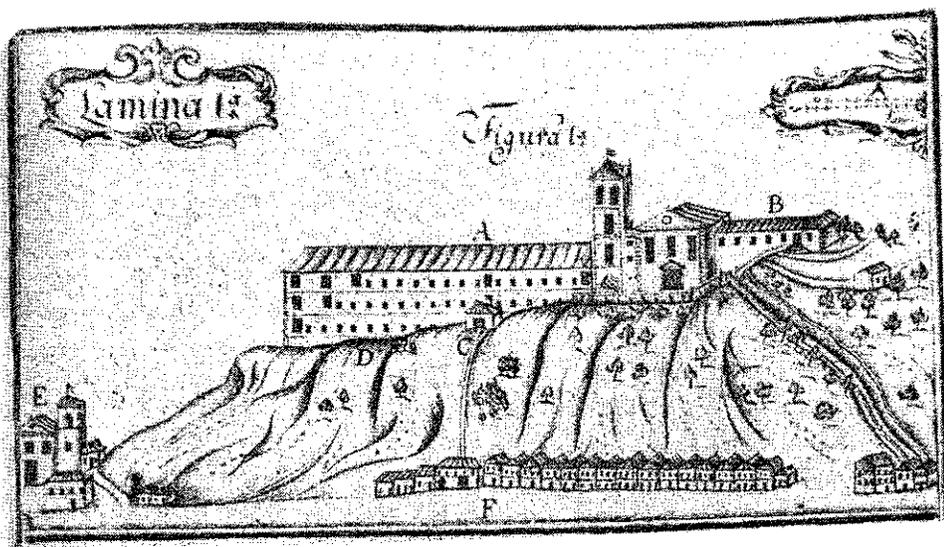


Figura 1 – Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, 1728.

(Vaticano: Archivum Romanum Societatis Iesu, Brasília 4, Epistolae, f. 380)

<sup>10</sup> Apenas os chãos fronteiros à porta da igreja foram originalmente concedidos aos padres. Cf. LTCJ (1962, p. 44-49).

## BALUARTE, MURO E PORTAS DA CIDADE

Segundo o "Instrumento dos Serviços", a cidade era também "toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia". Se o trasto nos impôs dificuldades de ordem etimológica, tratar desses elementos da morfologia urbana original implicou também enfrentar problemas de monta, em primeiro lugar porque só temos notícia da existência de um forte e de um baluarte; em segundo, porque nenhuma das fontes documentais que subsistem, a não ser o "Instrumento", faz qualquer menção a muros. Há, por outro lado, referência a uma porta, só que ela não parece ter feito parte de muro algum. Precisamos, pois, prosseguir com cautela.

Começemos pelos baluartes. Tudo indica que a afirmação de que a cidade teria "muitos baluartes e fortes cheios de artilharia" necessita ser tratada com cuidado, pois parece ser fruto da ansiedade de um governador que, desejoso de voltar para casa, exagerava seus feitos na colônia para obter a aquiescência régia. É certo que Mem de Sá erigiu a principal defesa da cidade sobre o platô mais elevado da colina, ainda que esse pequeno forte não tenha merecido, por parte de um sesmeiro que morava junto a ele, título maior do que "baluarte d'El-Rei" ( LTCJ, 1962, p. 173-177). Todavia, além dessa fortificação, só temos notícia de que existia, em 1592, um "biluarte da Sé" nas proximidades da igreja de São Sebastião, o que nos permite aceitar que ele tenha igualmente sido erguido nos primeiros tempos da urbe.

No que diz respeito ao muro, os problemas tornam-se ainda mais agudos. Em primeiro lugar, porque há contradições entre o que relatam antigos cronistas, pois enquanto Gabriel Soares de Souza (1851, p. 89) afirma que a cidade teve "muros de taipas com suas torres", o Padre Simão de Vasconcelos (1977, Livro III, § 131-134, p. 146), ao referir-se ao episódio da entrada de quatro naus francesas na baía, em junho de 1568, relata que a população ficara em pânico, não só porque "o inimigo chegou inopinadamente" como porque "nem a mesma cidade estava cercada". Em segundo, porque o mapa produzido em 1579 por Jacques de Vaux de Claye, espião enviado por Catarina de Médicis para preparar a logística de uma retomada da Guanabara pelos franceses, indica claramente a existência de baluartes e de um "fort de haut" no alto da colina, mas não faz qualquer referência a muros.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> O original do mapa de Jacques de Vaux de Claye encontra-se na Biblioteca Nacional da França, em Paris. Uma reprodução parcial dele pode ser encontrada em Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2000, p. 32-33).

Aceitemos, entretanto, as declarações do governador e de Gabriel Soares de Souza de que algum tipo de proteção murada existiu na cidade primitiva. O que significa, então, a declaração de que a cidade era “toda cercada de muro por cima”? A resposta mais simples a essa pergunta seria afirmar que um muro de taipa cercava todo o alto do outeiro, envolvendo seus quatro platôs e tudo o que eles continham. Não é essa, entretanto, a paisagem que os documentos quinhentistas existentes revelam. Começemos, então, a explorá-los, o que nos leva, de imediato, a uma constatação importante: o livro de tombo dos jesuítas, que inclui diversas escrituras de chãos doados aos padres ou adquiridos por eles no século XVI, para “acrescentamento de seu mosteiro”, jamais faz menção a muralhas, o que nos permite concluir que, se um muro cercava toda a cidade “por cima”, ele não abrigava o Colégio de Jesus, o que implica dizer que o Rio de Janeiro primitivo seguiu o mesmo modelo de Salvador (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998, p. 36), com os jesuítas localizando-se na cidade alta, mas extramuros (hipótese 1), de resto uma decisão bastante cara aos inacianos.<sup>12</sup>

É muito provável, por outro lado, que mesmo deixando o colégio e alguns moradores de fora, o muro não fosse de todo contínuo, inexistindo pela encosta que olhava para a “banda d’além”, ou seja, para o outro lado da baía. Esta suposição se apóia em documentação referente a uns chãos situados junto ao forte, cujos fundos desciam até o trasto e Piaçaba, que não faz qualquer menção à existência de muros cortando esses quintais. Como a encosta que olhava para a “banda d’além” era a mais íngreme do outeiro, é possível que ela e o trasto, situado ao seu sopé, tenham sido considerados suficientes para a proteção da cidade, tornando dispensável a construção de um muro por esse lado.

Essa configuração topográfica não ocorria, entretanto, na encosta oposta, que olhava para o interior. Muito mais dissecada do que a encosta norte e, portanto, de mais fácil escalada, era junto a ela que um muro era decididamente imprescindível. Como já aludido, não existe qualquer documentação sobre sesmarias de chãos concedidas junto à encosta interiorana, razão pela qual não podemos comprovar a existência de um muro por ali. Todavia, essa carência pode ser também advogada para

---

<sup>12</sup> Note-se que esse padrão já era seguido em Lisboa, onde a igreja jesuítica de São Roque tinha localização periférica. Sabe-se, por outro lado, que o Padre Manuel da Nóbrega, ao recusar o terreno intra-muros que o governador Tomé de Souza lhe oferecera em Salvador, em 1549, argumentara que a cidade logo viria juntar-se ao redor da casa. Também não lhe agradava erguer o colégio na cidade fortificada, “porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom...”. Cf. Nóbrega (1988, p. 83).

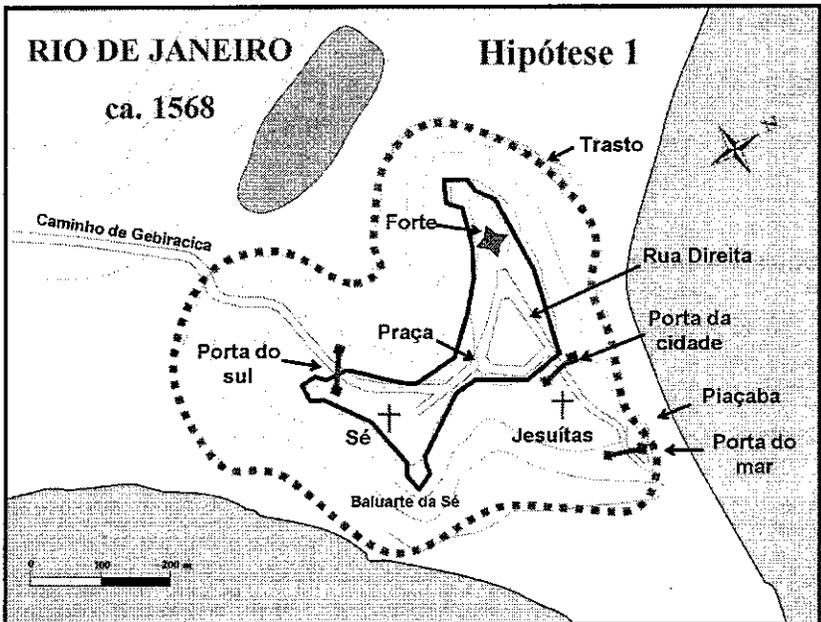
concluirmos que, se um muro realmente foi erguido no alto da colina, conforme afirmou Mem de Sá, ele certamente teria existido ali, e se não temos prova disso é porque as fontes comprobatórias desapareceram. Aceita esta segunda conjectura, deduzimos, então, que o muro de taipa que o governador diz ter erguido "por cima" se estenderia do forte ao baluarte da Sé, protegendo toda a encosta que olhava para a terra, prolongando-se, a partir daí, até as proximidades da praça, ou, o que é mais provável, até a rua Direita. Esse muro não contornaria, entretanto, toda a cidade, pois inexistiria junto à encosta norte que, muito íngreme, servia de anteparo natural da urbe (hipótese 2).

Se nos ativermos, finalmente, às poucas evidências de que dispomos, que não fazem menção a muros, nem junto à encosta norte, nem junto a qualquer parte da sesmaria jesuítica, só nos resta então aceitar que esse elemento de defesa não foi de todo contínuo e se limitou a proteger a cidade pela encosta que descia para o interior (hipótese 3).

Independentemente de qual hipótese seja a verdadeira, é muito provável que um outro baluarte tenha sido erguido junto à ladeira que subia o outeiro pelo interior, o que nos autoriza a afirmar que existiria ali uma porta de acesso à cidade primitiva, talvez chamada de "porta do sul", ou de "porta da terra", denominação que é puramente conjectural, mas que serve para distingui-la de outra, que efetivamente existiu, que os documentos denominam de "porta do mar". A principal referência que temos dessa última é uma carta de sesmaria, concedida em 22/4/1568 a Antonio Dias, mestre de açúcar degredado, pela qual esse conquistador recebeu do governador "um pequeno mato que parte com Afonso de Almeida e pelo caminho da porta para o mar, que poderá ter dez ou doze braças". Não se sabe o que Dias fez com esses chãos. É certo, entretanto, que em 1598 eles já pertenciam aos jesuítas, época em que são descritos como se estendendo "até o pé da ladeira e correm do caminho da banda do mato" (LTCJ, 1962, p. 169-172). Trata-se, certamente, de mais um exemplo de como os inicianos foram adquirindo terrenos localizados junto à sua sesmaria original, ampliando-a, portanto. Pelo documento de 1598, ficamos sabendo que esses chãos estavam no trecho inicial da ladeira primitiva, o que nos permite deduzir que a "porta do mar" havia sido erguida junto ao cotovelo da ladeira, provavelmente nas três braças que Mem de Sá subtraía aos religiosos porque eram necessárias "para a serventia da cidade". Essa hipótese é ainda reforçada por outra sesmaria de chãos, também adquirida posteriormente pelos jesuítas e localizada no início desse mesmo caminho,

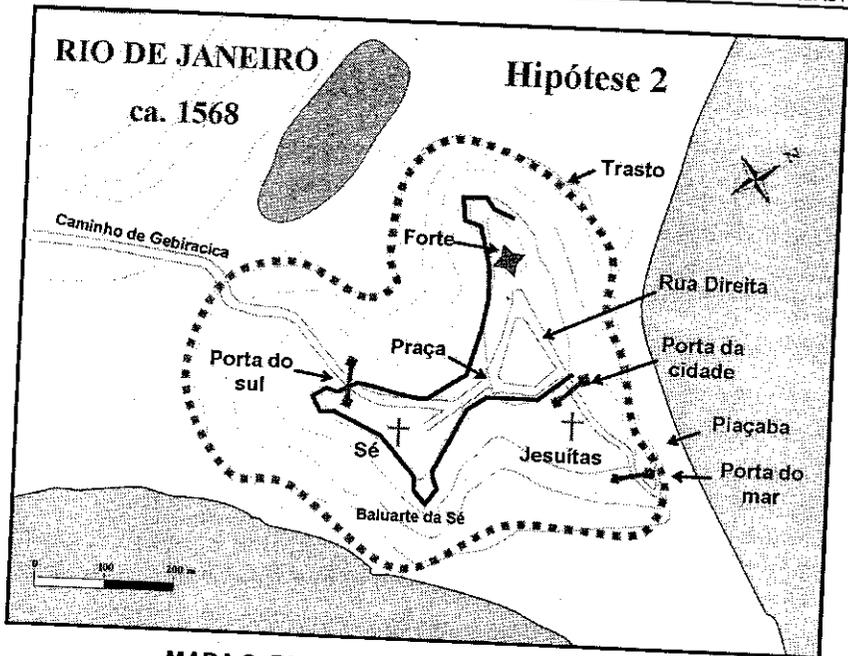
cujos fundos desciam “até o trasto”, na direção da praia de Santa Luzia, chãos esses que estavam situados “defronte da porta do mar”.<sup>13</sup>

É certo, portanto, que houve uma “porta do mar” no início do caminho primitivo de acesso à cidade alta, o que nos leva a concluir que o colégio, mesmo localizado extramuros, não esteve totalmente desprotegido nos tempos iniciais da urbe. Seria essa, entretanto, a única porta a controlar o acesso à urbe pelo caminho mais tarde chamado da Misericórdia? É possível que sim. Todavia, se aceitarmos a hipótese de que o muro construído no alto se estendia até esse mesmo caminho, é bem provável que houvesse outra porta mais acima da ladeira, além do colégio, que poderia ter sido chamada de “porta da cidade”. Todas essas conjecturas estão demonstradas nos Mapas 1, 2 e 3, que apresentam graficamente as três hipóteses discutidas acima e sumarizam todas as discussões que travamos até aqui.

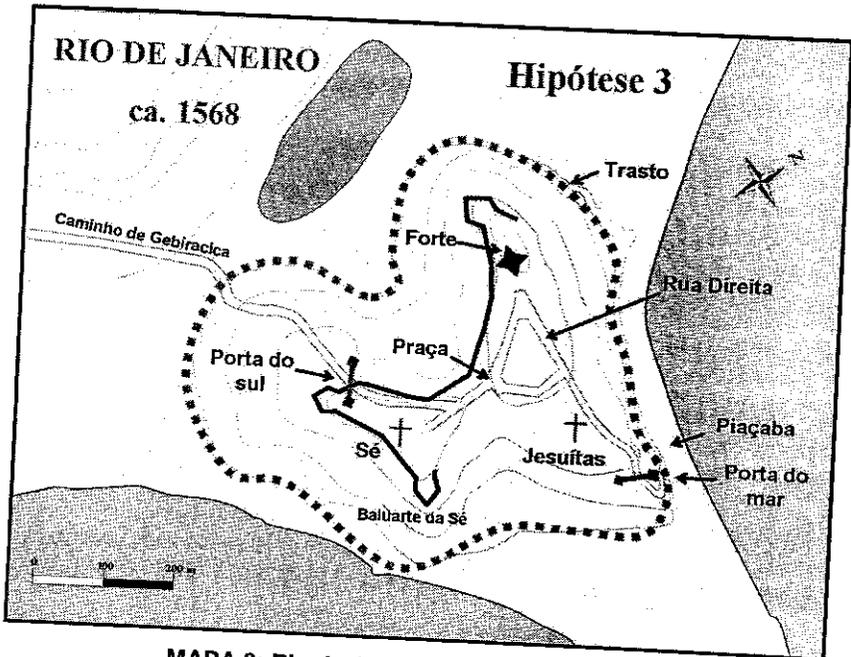


MAPA 1: Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 1

<sup>13</sup> No índice do tombo dos jesuítas, esta escritura é descrita como “Escritura das 27 braças de chão que o Colégio comprou defronte da porta do mar e chegam até o trasto de Santa Luzia e comeu o mar quase tudo”. Cf. LTCJ (1962, pp. 113-114, 366).



MAPA 2: Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 2



MAPA 3: Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 3

## A DESCIDA PARA A VÁRZEA

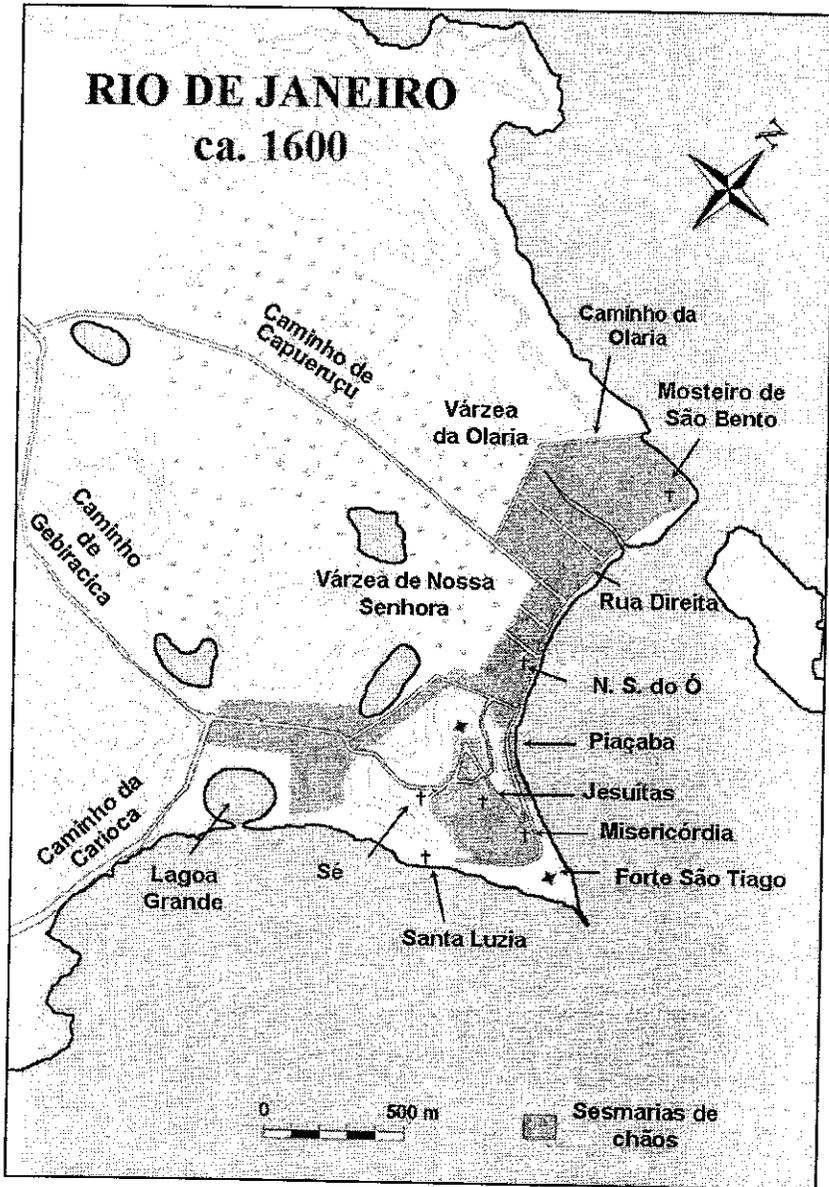
Piaçaba foi o nome pelo qual ficou conhecida, no século XVI, a estreita faixa de terra que se estendia entre o outeiro de São Sebastião e a baía. A mais antiga concessão de chãos de que temos notícia nessa área data de 30/8/1567, ou seja, é apenas duas semanas mais nova do que a sesmaria concedida à Companhia de Jesus para a construção do colégio. O beneficiado foi Antônio de Sampaio, que recebeu chãos “na Praia que está ao pé desta cidade” (LTCJ, 1962, p. 270-272). Esse documento prova que a cidade baixa também se materializou desde o início da urbe, talvez pela impossibilidade de se conceder chãos no alto a todos os conquistadores.

Da Piaçaba, a cidade logo se expandiu para a área embrejada que lhe ficava adjacente, chamada então de “várzea”. Embora fragmentárias, as fontes que possuímos permitem que falemos sobre ela com certa segurança. Sabe-se, por exemplo, que em meados da década de 1570, toda a faixa lindeira à baía já havia sido concedida. As doações de sesmaria beneficiaram, sobretudo, a pequena fidalguia presente na terra e os conquistadores de prestígio, que receberam chãos bem maiores do que aqueles concedidos aos demais povoadores. No início dessa década, toda a área já era conhecida por “Várzea de Nossa Senhora do Ó”, em razão da capelinha dessa invocação ali surgida ao final dos anos sessenta.

Mesmo sendo área embrejada, sabe-se que o interior da várzea começou a ser utilizado pelos conquistadores desde os primeiros tempos, que ali estabeleceram roças e pastos, muitas vezes sem carta de sesmaria. Foi o caso do Padre Antônio Fernandes, coadjutor da Sé e mais conhecido pela alcunha de Padre Salsa. Já em 1573, esse clérigo residia junto ao sopé do atual morro da Conceição, chãos que acabou por receber oficialmente dois anos mais tarde, “para fazer casas para enobrecimento desta cidade, porquanto tudo tem já derrubado e roçado e feito benfeitorias neles”. Eram terrenos que destoavam dos demais por seu grande tamanho, justificado por se tratar de local pouco enxuto (AMSB RJ, Nº 132; AMSB RJ, Nº 744; SILVA-NIGRA (1950, p. 21\*-22\*). Por tornarem-se devolutos, esses chãos acabariam sendo novamente concedidos a terceiros ao final do século, todavia em dimensões bem menores.

O mapa 4 apresenta o estágio em que se encontrava a apropriação territorial da cidade baixa ao final do século XVI. O que se indica ali é a área já concedida de sesmaria, tal qual pôde ser recuperada pela interpolação de documentos quinhentistas e de fontes produzidas posteriormente. Note-se que o mapa trata da apropriação *de jure*, ou seja, indica os chãos cuja doação fora formalizada pela expedição de cartas de sesmaria e pela

realização de autos de tomada de posse, e não necessariamente da área apropriada *de facto*, isto é, efetivamente ocupada por edificações urbanas, que era muito menor.



MAPA 4: Rio de Janeiro (1600)

O mapa mostra também o papel estruturador desempenhado pelo litoral na conformação do plano urbano da várzea. Inicialmente chamada apenas de “praia desta cidade” ou de “praia de Nossa Senhora”,<sup>14</sup> a linha de costa seria arruada pela Câmara em 1587, o que fez com que passasse a ser chamada de “rua pública que vai ao longo da praia” (LTCJ, 1962, p. 272-273), denominação que se transformaria, em 1593, em “rua direita que vai da Misericórdia ao longo da praia para a Senhora do Ó” (LTCJ, 1962, p. 254-255), e evoluiria depois para “rua direita da praia” ou, simplesmente, “rua Direita”.<sup>15</sup> Surgiu assim no Rio, pela segunda vez, essa toponímia tão comum às cidades de origem portuguesa, que ao invés de referir-se a uma rua reta, significava, isto sim, uma artéria que articulava *diretamente* dois importantes pontos de referência da urbe, fossem eles o colégio e o forte, no caso da rua Direita do outeiro, ou a Misericórdia e a capela de Nossa Senhora do Ó, prosseguindo para São Bento, no caso da várzea.<sup>16</sup>

Desse eixo inicial, que por algum tempo foi também conhecido como “rua do Conselho defronte do mar”,<sup>17</sup> partiram, no último quartel do século XVI, os primeiros tentáculos em direção a retroterra embrejada. Como eram ortogonais a um litoral curvilíneo, que alguns documentos denominam, por isso mesmo, de “praia arqueada” (SILVA-NIGRA, 1950, p. 11\*), essas travessas acabaram formando eixos não perfeitamente paralelos, que se abriam levemente em direção ao interior. A mais antiga delas, então chamada de Caminho de Capuerçu, ocupou, ao que tudo indica, uma antiga trilha indígena que percorria os terrenos secos da várzea; é a atual rua da Alfândega. Ainda no século XVI foram abertos os trechos iniciais de muitas outras travessas. Temos também notícia da existência, desde a década de 1580, de um “caminho do Conselho” que ia para Santa Luzia, sem dúvida a rua que margeava a cerca dos jesuítas (LTCJ, 1962, pp. 123-124; 287-288) e, desde a década seguinte, de um “caminho da olaria” ou

<sup>14</sup> Essas eram as toponímias em 1573. Cf. BN (1997, p. 69-74); AGCRJ, 3-4-27; AN, 114, v. 1, f.1 ; Silva-Nigra (1950, pp. 14\* e 17\*).

<sup>15</sup> O documento mais antigo no qual a antiga praia de Nossa Senhora do Ó é chamada apenas de rua Direita data de 11/3/1613. Cf. AN, 10N, Nº 28.

<sup>16</sup> Outras ruas direitas surgiriam depois no Rio, mas apenas o trecho da antiga praia da cidade que articulava a igreja de São José com o mosteiro de São Bento, pela importância e centralidade que passou a exercer, lograria dispensar seus qualificativos iniciais (“rua direita que vai para São Bento”; “rua direita que vai de São José para a Misericórdia”) para tornar-se simplesmente “rua direita”, denominação que manteve até ao final da guerra do Paraguai, quando teve seu nome mudado para Primeiro de Março.

<sup>17</sup> Esta denominação aparece em escritura de 17/4/1613. Cf. AN, 10N, Nº 28, f. 72v; AGCRJ, 42-3-55, f. 30.

caminho que está “quando vão para as olarias”.<sup>18</sup> Neste caso, trata-se da área da antiga sesmaria do Padre Salsa que, tornada devoluta, vinha sendo concedida a outros moradores. Já conhecida nessa época como “Várzea da Olaria”, para diferenciá-la daquela “de Nossa Senhora”, essa terra pouco enxuta era cortada por um “ribeiro”, na verdade uma vala natural de drenagem, sujeita à ação das marés, que ficaria conhecida mais tarde como “ribeiro de São Bento”, por terem os beneditinos construído, nas suas proximidades, a sua “cerca”. No início do século XVII, toda essa várzea passaria a ser conhecida como Vila Verde, ou Valverde, topônimo cuja origem não foi possível determinar.

O século XVII verá a malha urbana se espriar pelas várzeas de Nossa Senhora e da Olaria, ainda que em baixas densidades. Embora essa centúria não seja objeto de atenção deste trabalho, pode-se adiantar que este foi um processo lento, de dissecação e conquista de cada palmo de terreno embrejado e de prolongamento gradual, a partir do eixo morfológico primordial, a “rua direita da praia”, dos eixos secundários, cada um deles denominado de “rua da travessa” ou “rua travessa”; estes, por sua vez, foram sendo cortados por artérias de terceiro nível, que os documentos denominam simplesmente de “travessa” ou de “beco”. Materializou-se, assim, um plano urbano moderno, que nada tinha a ver com o que se entende hoje por crescimento orgânico.

Foi também um processo qualitativamente diferente, pois deixou de ser comandado pelo instituto jurídico da sesmaria. Ainda que não sejam muito numerosas, as informações que possuímos são suficientes para comprovar que, ao final da primeira década do século XVII, quase todos os chãos situados nessas duas várzeas já haviam sido concedidos de sesmaria. Já finalizada, portanto, a apropriação territorial *de jure*, o restante dessa centúria seria caracterizado pelo lento desmembramento desses terrenos em lotes menores, seja por herança, aforamento, doação ou venda. Conseqüentemente, a malha fundiária carioca, que era originalmente generosa, com chãos que possuíam, pelo menos, 10 braças (22 metros) de testada, tornou-se crescentemente mais modesta, processo que, com o decorrer do tempo, deu origem ao padrão de terrenos com testada estreita, de 2 ou 3 braças (4,4 - 6,6 metros) e profundidade até o meio do quarteirão, que ainda hoje predomina em boa parte do centro histórico da cidade.

---

<sup>18</sup> Conforme indicam inúmeras cartas de sesmaria de chãos concedidas em 1594 e 1595, publicadas em AN (1967).

## O TRAÇADO URBANO DA VÁRZEA

É lamentável que a única planta que poderia lançar alguma luz sobre a morfologia primitiva da cidade, desenhada em 1649 sob a orientação do engenheiro militar francês Michel de Lescolle, a serviço de D. João IV, tenha desaparecido dos arquivos portugueses. Essa planta seria valiosa para discutirmos, não apenas o plano implantado na cidade alta, que Lescolle sempre chama de “cidade velha”, como aquele da cidade baixa, que é por ele denominada de “cidade nova”.<sup>19</sup> A falta de documentação cartográfica não impede, entretanto, que digamos algo a respeito do processo de implantação do plano urbano original. Contamos, para isso, com outras fontes e todas elas indicam que, contrariamente ao que muitos autores defenderam no passado, o Rio de Janeiro não surgiu de qualquer jeito na paisagem, ao “deus-dará”, por assim dizer, mas materializou-se a partir da aplicação de um conjunto de regras e de procedimentos hoje ditos urbanísticos, provavelmente não especificados em papel, mas criteriosamente obedecidos desde os primeiros tempos.

Vamos aos fatos. Começemos com um exemplo da cidade alta. A carta de sesmaria de Domingos Fernandes, expedida em 30/9/1567, informa que o governador já lhe havia feito mercê de 10 braças de chãos. Tendo erguido ali duas habitações toscas, reclamou Domingos que ele ainda não possuía carta oficial de doação, razão pela qual a solicitava agora. Ao despachar a petição, Mem de Sá ordenou que Nuno Garcia fosse até ao local, já que era ele o responsável pela medição de terras, pelo alinhamento das ruas e pela supervisão da construção de edifícios e de fortificações. Atendendo à determinação, respondeu o mestre de obras: “Senhor, tem dez braças de largo e o mais de comprido até o trasto”, informação que foi considerada suficiente para que a carta oficial fosse lavrada (LPOPR, 1928, p. 30-32). Há outros exemplos da atuação de Nuno Garcia na modelagem da nova cidade, mas esse basta para que afirmemos que o Rio de Janeiro se materializou, desde o início, com supervisão técnica e segundo práticas urbanísticas modernas, dentre as quais a do arruamento (ou arruação, como então se dizia), que já vigoravam em Portugal desde o reinado de D. Manuel I e teriam continuidade por todo o período colonial.

---

<sup>19</sup> A planta, na realidade, foi feita por Michel de Lescolle e Philippe de Quitau. Dela temos apenas documentação escrita, em especial uma carta de Mateus do Couto, datada de 1/10/1649, em que afirma ter visto “as plantas que deste tribunal [Conselho Ultramarino] se me entregaram, do Rio de Janeiro”. Esta carta comenta cada uma “das sete plantas que lhe haviam sido enviadas pela Câmara do Rio de Janeiro”. As plantas, entretanto, desapareceram. Cf. AHU- RJ.

Embora não seja tão conhecido quanto Luiz Dias, o mestre de obras que comandou a edificação da cidade do Salvador, Nuno Garcia teve papel destacado no Rio de Janeiro do período da conquista. Chegara a Salvador como degredado e aceitara, em 1551, a incumbência de ser mestre de obras do colégio jesuítico por um período de cinco anos, “comprometendo-se os padres a alcançar-lhe o perdão dos outros cinco do seu tempo de degredo, igual a 11 anos”. Quando acompanhou o governador Mem de Sá ao Rio, em 1567, já havia, portanto, cumprido a sua pena e resolvera permanecer na colônia (LEITE, 1938, p. 48-49; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998, p. 37). Não se sabe até quando permaneceu na cidade.<sup>20</sup> Todavia, a prática que ele inaugurou não sofreu solução de continuidade. Ao contrário, com o progredir da ocupação da várzea, as determinações que hoje chamamos de urbanísticas foram sendo cada vez mais incluídas nas cartas de sesmaria, o que indica que o “traçado mental” original foi se aprimorando à medida que as doações de chãos se efetuavam.

Alguns poucos exemplos bastam para provar a continuidade dessa prática. O primeiro é a carta de sesmaria passada, em 26/9/1573, em favor de Jorge Ferreira. Ex-capitão e ouvidor de São Vicente, Ferreira participara das lutas da França Antártica e pelejara também na Cidade Velha. Voltava agora ao Rio “com casa, mulher e filhos e criados e família para ajudar a povoar e enobrecer esta terra, pois é pessoa nobre”. Necessitando de chão, solicitou o que pertencera a Antonio de Proença, que retornara a São Vicente, que se localizava “ao longo da praia de Manoel de Brito ... entre Nossa Senhora e o chão de Francisco Antunes, com ficar rua por o canto de Nossa Senhora” (BELCHIOR, 1965, p. 209). Em outras palavras, já sabendo que estava prevista a abertura, ali, de uma rua transversal à praia, Ferreira esclarecia que seu pedido não incluía a área a ela destinada (tratava-se, neste caso, da futura rua do Ouvidor).

Veja-se também o caso de Luiz de Madureira, morador “na praia de Nossa Senhora do Ó”, que vendeu, em 22/10/1593, dez braças de chãos a Fernão Baldez. Mais tarde, querendo neles construir casas, Baldez solicitou à Câmara que os mandasse arruar. A arruação foi realizada em 4/1/1596 e dela foi lavrado um auto bastante revelador: além de determinar com precisão os limites da propriedade de Baldez, o documento indica que

---

<sup>20</sup> Em recente trabalho, ainda inédito, Rafael Moreira apresenta alguns traços biográficos desse importante personagem carioca do século XVI. Cf. Rafael Moreira. Nuno Garcia, mestre de obras do Rio de Janeiro em 1567, e a formação da cidade no morro do Castelo. Trabalho apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Niterói, 9-12 de novembro de 2004.

*“ficaram trinta e cinco palmos de rua que o dito arruador lhe deixa por ser rua principal”* (LTCJ, 1962, p. 242-252). Junto a esses chãos estavam outros que Faustino Eobano e Miguel Gonçalves receberam de sesmaria em 27/5/1594. Em sua petição, disseram esses dois que os chãos ficavam “na Praia de Nossa Senhora, defronte das casas de Fernão Baldez, partindo desde defronte de uma travessa até a travessa que vai entre João do Basto e Aires Fernandes, tudo até o mar, *ficando a rua necessária primeiro*” (AN, 1967, p. 15-18).

Um último exemplo, já do século XVII, nos basta para provar quão corriqueiras foram as arruações nos primórdios da cidade. Em 9/4/1608, frei Leonardo de Jesus, frei Vicente do Salvador e frei Estevão dos Anjos receberam, em nome da comunidade franciscana, o terreno em que seria construído o convento dedicado a Santo Antônio, que ainda embeleza a área central do Rio. Como indica a carta de concessão, esses chãos ficavam “no outeiro [então chamado] do Carmo, defronte da Várzea, e Bairro de Nossa Senhora, sobre a lagoa de Santo Antonio, por ser mais conveniente para o dito efeito e ficarem os Religiosos no dito lugar algum tanto separados, e mais recolhidos”. Feita pelo governador Martim de Sá e pela Câmara, a concessão outorgava todo o chão que fosse necessário, “para cima como para fora dele [outeiro], correndo para uma e outra banda ... com todas as pedreiras e águas de poços como de fontes que nele se acharem”. Para viabilizar a implantação imediata da residência conventual, os outorgantes se comprometeram também a mandar “desabafar o mato, que tem por toda a Várzea, e *lhe daremos uma rua direita da largura de trinta palmos, conforme as mais*” (RÖWER, 1937, p. 25-27, todos os grifos nossos).

## UM PLANO URBANO REGULAR

A documentação que ainda existe sobre a abertura dos primeiros logradouros do Rio de Janeiro é inequívoca e desacredita todos aqueles que sustentaram, no passado, que a urbe teria se materializado de forma desordenada ou, como queria Ferreira (1933, p. 301), “sem rumo certo”. Mais importante ainda, ela contraria frontalmente a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (1984 [1936], p. 76) de que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’...”.

Com efeito, ao contrário de desleixo, o que vemos na cidade baixa – que é a área onde a urbe definitivamente se implantou – é a materialização de um plano que teve na rua mais tarde conhecida como Direita o seu eixo estruturador, a partir do qual partiram inúmeras travessas em direção ao interior, todas com 30 ou 35 palmos de largo. Ao invés de se enlaçarem na linha da paisagem sem qualquer rigor ou método, essas artérias foram sendo abertas com critério, decorrendo desse esforço um traçado que se aproximou da forma de um tabuleiro de xadrez; a ortogonalidade das ruas só não resultando perfeita devido ao arqueamento da praia, à presença de lagoas e de outeiros que precisaram ser contornados e à fiscalização dos séculos seguintes, nem sempre rigorosa.<sup>21</sup> Os chãos, por sua vez, foram cordeados e arruados por mestres de obras à medida que eram concedidos. Para melhor demarcação e alinhamento, usava-se uma corda que, quando esticada, se estendia por uma braça craveira, isto é, “duas varas de medir por uma, como se no Reino costuma medir”. De início, o processo de implantação da malha urbana e de demarcação dos lotes foi comandado pelos governadores, cabendo à Câmara Municipal, posteriormente, assumir as rédeas dessa tarefa.

Há quase meio século, Paulo F. Santos (1968, p. 92-93) aventou a possibilidade de o risco urbano carioca ter seguido a orientação de Batista Antonelli, engenheiro italiano a serviço da coroa espanhola, “o qual, como participante da armada de Diego Flores [de] Valdez, que trazia 70 artífices (pedreiros, carpinteiros, aparelhadores etc.), invernou no Rio, em 1582, durante sete meses, à espera de condições propícias para prosseguir viagem até ao estreito de Magalhães”.<sup>22</sup> Pelo que demonstramos aqui, essa hipótese também não se sustenta. Os documentos que restaram dos primeiros tempos da urbe indicam que, muito antes de Flores de Valdez chegar ao Rio, já a cidade se materializava a partir de orientações que hoje chamamos de urbanísticas, o que não anula a possibilidade de Antonelli ter

---

<sup>21</sup> É importante reconhecer aqui que o grande mestre, na mesma obra em que comparou a forma das cidades implantadas por espanhóis e portugueses na América, não deixou de reconhecer que “o esquema retangular não deixava de manifestar-se ... quando encontrava poucos empecilhos naturais”, referindo-se, especificamente, ao caso do Rio de Janeiro. Cf. Holanda (1984, p. 109).

<sup>22</sup> Segundo esse mesmo autor, que se baseia em outros, durante sua estada no Rio de Janeiro, “Antonelli, além de outras actividades, fez projectos de obras portuárias, que enviou a Madrid; e em 1604, já recolhido à Espanha, foi mandado à América fazer o levantamento de todos os portos que tinha fortificado – da Califórnia ao Estreito de Magalhães –, falando-se especificadamente em ‘mapas topográficos do Rio de Janeiro’, que infelizmente não constam da Colecção de desenhos existentes no Arquivo de Índias em Sevilha”. Cf. Santos (1968, p. 93). Sobre Flores de Valdez e sobre as obras de fortificação feitas por Batista Antonelli, sobretudo em São Vicente, ver Stella (2000, Capítulo 4).

discutido as normas então vigentes com as pessoas gradas do lugar, ou de ter mesmo alterado algumas delas.

## CONCLUSÃO

Embora não tenha contado com uma traça previamente desenhada, a implantação definitiva da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro obedeceu, desde o início, a normas urbanísticas bastante modernas. A prática do cordeamento das ruas e do alinhamento dos lotes é coeva dos primeiros tempos cariocas e prolongou-se, na realidade, por todo o período colonial. Com efeito, os “autos de arruação” que o arquivo da cidade hoje possui, embora lavrados em data posterior ao grande incêndio de 1790, em nada diferem daqueles produzidos nos primeiros tempos da urbe, ainda encontrados nas fontes que restaram do século XVI.

Afirmar, portanto, que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental” é colocar num mesmo saco práticas que foram bastante diferenciadas (ABREU, 1997). Essa conclusão pode ser verdadeira se estivermos falando dos arraiais que se espalharam pelo interior, ou mesmo de algumas vilas implantadas por donatários, onde as práticas quotidianas acabaram dando origem a traçados relativamente espontâneos, de origem popular, não raro denominados pela literatura moderna de “urbanismo vernacular”, mas certamente não se aplica às cidades reais. Nessas últimas, há provas substantivas de que o que hoje chamaríamos de “urbanismo erudito” sempre orientou o seu crescimento. O caso de Salvador já é por demais estudado e ilustrativo dessa afirmação. Este trabalho demonstrou que a segunda cidade real implantada pelos portugueses no Brasil não trilhou rumo diferente.

## REFERÊNCIAS

### Fontes manuscritas:

AGCRJ, 3-4-27 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Sesmarias. Códice 3-4-27.

AGCRJ, 42-3-55 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 42-3-55.

AHU-RJ - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Rio de Janeiro, Avulsos, Caixa 2, N° 124-A.

AMSBRJ - Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Seção 2, Documento Nº 132; Seção 3, Documento Nº 744.

AN, 114 – Arquivo Nacional, Códice 114.

AN, 1ON, Nº 28 – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Cartório do 1º Ofício de Notas. Livro 28.

ANNT, CJ – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Cartório dos Jesuítas, Maço 87, Documento 21.

### **Fontes manuscritas publicadas e obras de referência:**

AN, 1967 – ARQUIVO NACIONAL. *Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro, 1594-1595; 1602-1605*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1967, 271 p.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Officina de Pascoal da Sylva, v. VIII, 1720-1721.

BN, 1997 – Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) e por Salvador Correia de Sá (1578-1579). *Documentos Históricos (Biblioteca Nacional)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 111, 1997, 243 p.

ISMS, 1906 – Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, governador do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 27, 1906, p. 130-218.

LPOPR, 1928 - PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL. *Livro primeiro de Ordens e Provizoens Reays*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1928, 61 p.

LTCJ, 1962 - Livro de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 82, 1962, 369 p.

LTMSB, 1981 – MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO. *Segundo livro do tombo (1688-1793)*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981, 498 p.

MORAIS E SILVA, Antonio de. *Diccionario da Língua Portugueza*. Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 v.

TCNSC, 1939 - Tombo dos bens pertencentes ao convento de Nossa Senhora do Carmo, na Capitania do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 57, 1939, p. 187-400.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa (Frei). *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Civilização, s/d.

### Bibliografia:

- ABREU, Mauricio A. Penser la ville au Brésil: du XVI<sup>e</sup>. au début du XX<sup>e</sup> siècle. In: JOUSSEMET, Anita (Coord.), *La recherche sur la ville au Brésil (Actes des journées franco-brésiliennes du PIR-Villes)*. Paris: CNRS Éditions, 1997, p. 13-36
- \_\_\_\_\_. La France Antarctique, ou le Brésil français du XVI<sup>e</sup>me siècle. In: PITTE, Jean-Robert e SANGUIN, André-Louis (Orgs.). *Géographie et liberté. Mélanges en hommage à Paul Claval*. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 201-212.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas. *Rio Urbano (Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, v. 1, 2002, p. 42-51.
- \_\_\_\_\_. A luta pelo controle territorial da baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos. In: ABREU, Mauricio A. (Org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p. 8-29.
- ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (Orgs.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, v. 9, n. 1, 1954, p. 83-168.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata Araújo (Orgs.). *Universo urbanístico português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas: Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 86, n. 140, 1919; t. 88, n. 142, 1920; t. 89, n. 143, 1921; t. 93, n. 147, 1923; t. 95, n. 149, 1924.

FERREIRA, João da Costa. *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: Ensaio urbanológico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Secretaria Municipal de Administração, 1933.

FREIRE, Felisbelo. *História da cidade do Rio de Janeiro (1564-1700)*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1912.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: \_\_\_\_\_, *Raízes do Brasil*. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 [1936], p. 93-138.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Rio de Janeiro: Livraria Portugália, Civilização Brasileira, Tomo I, 1938.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao Padre Simão, 1549. In: \_\_\_\_\_, *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1988.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extrahida dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 63, parte 1, 1901, p. 93-153.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Do cosmógrafo ao satélite: Mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_. *São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

RÖWER, Basílio. *O convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Convento de Santo Antônio, 1937.

SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963.

*Actas*. v. 5, 1968, p. 7-116. Publicado como livro com o mesmo título: Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Tip. Beneditina, 1950.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Luciene Pessotti de. *A geopolítica do sagrado – A participação da Igreja Católica na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória – Espírito Santo (séculos XVI ao XIX)*. Salvador: UFBA, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2005 (Tese de Doutorado).

STELLA, Roseli Santaella, *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felípes, 1580-1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000.

TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, Fundação Gregório de Mattos. *Evolução física de Salvador, 1549 a 1800*. Edição especial. Salvador: Palotti, 1998.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3ª edição. Petrópolis e Brasília: Editora Vozes, Instituto Nacional do Livro, 1977.

Recebido em 05/11/2005

Aceito em 10/12/2005